

Estado do planeta no começo de 2007, segundo Bento XVI

Discurso ao Corpo Diplomático acreditado ante a Santa Sé

CIDADE DO VATICANO, quarta-feira, 10 de janeiro de 2007 (ZENIT.org).- Publicamos o discurso que Bento XVI pronunciou esta segunda-feira, na Sala Regia do Palácio Apostólico Vaticano ante os membros do Corpo Diplomático acreditado ante a Santa Sé.

* * *

Senhor Decano,
Excelências, Senhoras e Senhores:

Recebo-vos hoje com muito prazer, para esta tradicional cerimônia de intercâmbio de felicitações. Ainda que se ela se renove cada ano, não se trata, contudo, de uma simples formalidade, mas de uma ocasião para consolidar nossa esperança e para comprometer-nos ainda mais no serviço à paz e ao desenvolvimento das pessoas e dos povos.

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao vosso Decano, o Embaixador Giovanni Galassi, pelas amáveis palavras com as quais expressou vossa felicitação. Dirijo também uma saudação particular aos Embaixadores que participam pela primeira vez deste encontro. A todos, expresso meus mais cordiais votos e vos asseguro minhas orações para que 2007 seja para vós, para vossas famílias e colaboradores, para todos os povos e para quem os regem, um ano de prosperidade e de paz.

O começo do ano é um convite a contemplar a situação internacional para examinar os desafios que devemos enfrentar juntos. Entre as questões essenciais, como não pensar nos milhões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, que carecem de água, comida e teto? O escândalo da fome, que tende a agravar-se, é inaceitável em um mundo que dispõe de bens, de conhecimentos e de meios para saná-lo. Isso nos impulsiona a mudar nossos modos de vida e nos recorda a urgência de eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial, e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente e um desenvolvimento humano integral para hoje e, sobretudo, para o futuro. Convido novamente os Responsáveis das Nações mais ricas a ter as iniciativas necessárias para que os países pobres, que com freqüência possuem muitas riquezas naturais, possam beneficiar-se dos frutos de seus próprios bens. Desde este ponto de vista, é também motivo de preocupação o atraso no cumprimento dos compromissos assumidos pela comunidade internacional nos anos recentes. Seria, pois, de desejar o reinício das negociações comerciais de “Doha Development Round” da Organização Mundial do Comércio, assim como a continuação e a aceleração do processo de anulação e redução da dívida dos países mais pobres, sem que isso esteja condicionado por medidas de ajuste estrutural, prejudiciais para as populações mais vulneráveis.

Igualmente, no âmbito do desarmamento, multiplicam-se os sintomas de uma crise progressiva, vinculada às dificuldades nas negociações sobre as armas convencionais, assim como sobre as armas de destruição massiva, e, por outra parte, ao aumento dos gastos militares no âmbito mundial. As questões de segurança, agravadas pelo

terrorismo, que é necessário condenar firmemente, devem ser tratadas com um enfoque global e clarividente.

Pelo que se refere às crises humanitárias, convém levar em conta que as Organizações que as enfrentam precisam de um apoio mais forte, a fim de que possam proporcionar proteção e assistência às vítimas. Outra questão que adquire sempre mais destaque é a dos movimentos de pessoas: milhões de homens e mulheres se vêem obrigados a deixar seus lares ou sua pátria devido a violências, ou a buscar condições de vida mais dignas. É ilusório pensar que os fenômenos migratórios possam ser bloqueados ou controlados simplesmente através da força. As migrações e os problemas que elas geram devem ser enfrentados com humanidade, justiça e compaixão.

Como não se preocupar também pelos contínuos atentados à vida, desde a concepção até a morte natural? Tais atentados afetam inclusive regiões onde a cultura do respeito à vida é tradicional, como na África, onde se tenta trivializar o aborto por meio do Protocolo de Maputo, assim como pelo Plano de ação adotado pelos Ministros da Saúde da União Africana, e que dentro de pouco se submeterá à Reunião de Chefes de Estado e de Governo. Estendem-se também ameaças contra a estrutura natural da família, fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher, assim como as tentativas de relativizá-la, dando-lhe o mesmo estatuto que a outras formas de união radicalmente diferentes. Tudo isso ofende a família e contribui para a sua desestabilização, violando seu caráter específico e seu papel social único. Outras formas de agressão à vida se comentem às vezes ao amparo da pesquisa científica. Ela se apóia na convicção de que a pesquisa não está submetida mais que às leis que ela se dá a si mesma, e que não tem outro limite que suas próprias possibilidades. É o caso, por exemplo, da tentativa de legitimar a clonagem humana para hipotéticos fins terapêuticos.

Este quadro preocupante não impede de perceber elementos positivos que caracterizam nossa época. Quero mencionar, em primeiro lugar, a crescente tomada de consciência sobre a importância do diálogo entre as culturas e entre as religiões. Trata-se de uma necessidade vital, concretamente ante os desafios comuns que afetam a família e a sociedade. Por outra parte, destaco numerosas iniciativas neste sentido, encaminhadas a construir as bases comuns para viver em concórdia.

Convém também levar em conta como a comunidade internacional tomou consciência cada vez mais dos enormes desafios de nosso tempo, assim como dos esforços para que se traduza em atos concretos. No seio da Organização das Nações Unidas, foi criado no ano passado o Conselho de Direitos Humanos, esperando que centre sua atividade na defesa e promoção dos direitos fundamentais da pessoa, em particular o direito à vida e o direito à liberdade religiosa. Evocando as Nações Unidas, sinto-me no dever de saudar com gratidão a Sua Excelência o Senhor Kofi Annan pela obra levada a cabo durante seus mandatos de Secretário-Geral. Formulo meus melhores votos para seu sucessor, o Senhor Ban Ki-moon, que acaba de assumir suas funções.

No âmbito do desenvolvimento, foram promovidas também diversas iniciativas às quais a Santa Sé ofereceu seu apoio, recordando, ao mesmo tempo, que estes projetos não devem dispensar do compromisso dos países desenvolvidos de destinar 0,7% de seu produto interno bruto para a ajuda internacional. Outro elemento importante é o esforço comum para a erradicação da miséria, que requer não só uma assistência cuja extensão é de desejar, mas sobretudo a tomada de consciência sobre a importância da luta contra a corrupção e a promoção da boa administração. É necessário também fomentar e

continuar os esforços realizados com o fim de garantir a aplicação do direito humanitário às pessoas e aos povos, para uma proteção mais eficaz das populações civis.

Ao considerar a situação política nos distintos continentes, encontramos ainda muitos motivos de preocupação e de esperança. Constatamos em primeiro lugar que a paz é com frequência muito frágil, inclusive ridicularizada. Não podemos esquecer o Continente africano. O drama de Darfur continua e se estende às regiões fronteiriças do Chad e da República Centro-africana. A comunidade internacional parece impotente há quase quatro anos, apesar das iniciativas destinadas a aliviar as populações indefesas e a contribuir com uma solução política. Estes meios só poderão ser eficazes mediante uma colaboração ativa entre as Nações Unidas, a União Africana, os Governos envolvidos e outros protagonistas. Convido todos a atuar com determinação: não podemos aceitar que tantos inocentes continuem sofrendo e morrendo assim.

A situação no Chifre da África se agravou recentemente com o reinício das hostilidades e a internacionalização do conflito. Ao convidar todas as partes a abandonarem as armas e a negociação, permito-me recordar a Irmã Leonella Sgorbati, que deu sua vida ao serviço dos mais desfavorecidos, invocando o perdão para seus assassinos. Que seu exemplo e seu testemunho inspirem a todos os que buscam realmente o bem da Somália.

Na Uganda, é preciso alentar os avanços das negociações entre as partes, para pôr fim a um conflito cruel no qual se recrutaram numerosas crianças, obrigadas a tornar-se soldados. Isso permitirá a muitos desabrigados voltar a sua casa e reiniciar uma vida digna. A colaboração dos chefes religiosos e a recente designação de um Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas são um bom augúrio. Repito: não nos esqueçamos da África e de suas numerosas situações de guerra e tensão. É necessário recordar que só as negociações entre os diferentes protagonistas podem abrir o caminho para uma justa solução dos conflitos e deixar entrever um progresso na consolidação da paz.

A Região dos Grandes Lagos se viu ensangüentada, depois de anos, por guerras ferozes. Com satisfação e esperança, convém acolher a recente evolução positiva, em particular a conclusão da fase de transição política no Burundi, e mais recentemente na República Democrática do Congo. Contudo, é urgente que os países se esforcem por recuperar o funcionamento das instituições do estado de direito, para frear todas as arbitrariedades e permitir o desenvolvimento social. Para a Ruanda, desejo que o longo processo de reconciliação nacional depois do genocídio alcance seu fruto na justiça, e também na verdade e no perdão. A Conferência internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, com a participação de uma delegação da Santa Sé e de representantes de numerosas conferências episcopais nacionais e regionais da África Central e Oriental, deixa entrever novas esperanças. Finalmente, quero mencionar a Costa do Marfim, exortando as partes implicadas a criarem um clima de confiança recíproca que possa levar ao desarmamento e à pacificação, e, por outro lado, a África Austral: nesses países, milhões de pessoas se vêem reduzidas a uma situação muito vulnerável, que exige a atenção e o apoio da comunidade internacional.

Sinais positivos para a África vêm igualmente da vontade, expressa pela comunidade internacional, de manter este continente no centro de sua atenção, e também de reforçar as instituições continentais e regionais, o que dá prova da intenção dos países interessados de se tornarem cada vez mais responsáveis por seu próprio destino. Desta forma, é necessário elogiar a digna atitude das pessoas que cada dia, neste assunto, se

comprometem com determinação a promover projetos que contribuem para o desenvolvimento e para a organização da vida econômica e social.

A viagem apostólica que no próximo mês de maio farei ao Brasil me oferece a ocasião de dirigir meu olhar para este grande país que me espera com alegria, e para com toda a América Latina e o Caribe. A melhoria de alguns índices econômicos, o compromisso na luta contra o tráfico de drogas e contra a corrupção, os diferentes processos de integração, os esforços para melhorar o acesso à educação, para combater o desemprego e para reduzir desigualdades na distribuição das rendas, são índices que ser destacados com satisfação. Se estes progressos se consolidam, poderão contribuir de maneira determinante a vencer a pobreza que aflige vastos setores da população e aumentar a estabilidade institucional. Ao tratar sobre as eleições que se tiveram no ano passado em vários países, convém sublinhar que a democracia está chamada a levar em conta as aspirações do conjunto dos cidadãos, a promover o desenvolvimento no respeito de todos os membros da sociedade, segundo os princípios da solidariedade, da subsidiariedade e da justiça. Contudo, convém estar atentos ante o risco de um exercício da democracia que se transforme em ditadura do relativismo, propondo modelos antropológicos incompatíveis com a natureza e a dignidade do homem.

Minha atenção se dirige muito especialmente a alguns países, em particular a Colômbia, onde o longo conflito interno provocou uma crise humanitária, sobretudo pelo que se refere às pessoas desabrigadas. Devem ser feitos todos os esforços necessários para pacificar o país, para devolver as pessoas seqüestradas às suas famílias, para voltar a dar segurança e uma vida normal a milhões de pessoas. Tais sinais dariam confiança a todos, inclusive aos que estiveram envolvidos na luta armada. Nosso olhar se dirige a Cuba. Com o desejo de que cada um de seus habitantes possa realizar suas aspirações legítimas em favor do bem comum, que retome a chamada de meu venerado Predecessor: «Que Cuba se abra ao mundo e o mundo a Cuba». A abertura recíproca aos demais países reiniciará em benefício de todos. Não longe dali, o povo haitiano vive ainda em uma grande pobreza e na violência. Formulo meus votos para que o interesse da comunidade internacional, manifestado entre outras iniciativas pelas conferências de doadores que aconteceram em 2006, leve à consolidação das instituições e permita que o povo se converta em protagonista de seu próprio desenvolvimento, em um clima de reconciliação e concórdia.

A Ásia apresenta, antes de tudo, países caracterizados por uma população muito numerosa e um grande desenvolvimento econômico. Penso na China e na Índia, países em plena expansão, desejando que sua presença crescente no cenário internacional gere benefícios para suas próprias populações e para as outras nações. Igualmente, formulo votos pelo Vietnã, recordando sua recente adesão à Organização Mundial do Comércio. Meu pensamento se dirige às comunidades cristãs. Na maior parte dos países da Ásia se trata com freqüência de comunidades pequenas, mas vivas, que desejam legitimamente poder viver e atuar em um clima de liberdade religiosa. Este é um direito primordial e ao mesmo tempo uma condição que lhes permitirá contribuir com o programa material e espiritual da sociedade, atuando como elementos de coesão e concórdia.

No Timor Oriental, a Igreja Católica pretende continuar oferecendo sua contribuição, em particular nos setores da educação, da saúde e da reconciliação nacional. A crise política sofrida por esse jovem Estado, assim como por outros países da região, evidencia uma certa fragilidade dos processos de democratização. Perigosos focos de tensão se observam na Península da Coréia. Deve perseguir-se, no âmbito da negociação, o objetivo da reconciliação do povo coreano e da desnuclearização da Península, que

tantos efeitos benéficos geraria em toda a região. Convém evitar os gestos que possam comprometer as negociações, sem condicionar por isso em seus resultados as ajudas humanitárias destinadas às capas mais vulneráveis da população norte-coreana.

Quero chamar vossa atenção sobre outros dois países asiáticos que são motivo de preocupação. No Afeganistão, é necessário deplorar, ao longo dos últimos meses, o aumento notável da violência e os ataques terroristas, que dificultam o caminho para uma saída da crise, afetando especialmente as populações locais. No Sri Lanka, o fracasso das negociações de Genebra entre o Governo e o Movimento Tamil supôs uma intensificação do conflito, que provoca imensos sofrimentos entre a população civil. Só a via do diálogo poderá garantir um futuro melhor e mais seguro para todos.

O Oriente Médio é fonte também de grandes inquietudes. Por isso quis enviar uma carta aos católicos da região por ocasião do Natal, para expressar minha solidariedade e minha proximidade espiritual a todos, e para animá-los a continuar com sua presença na região, com a certeza de que seu testemunho será uma ajuda e um apoio para um futuro de paz e fraternidade. Renovo meu urgente chamado a todas as partes envolvidas no complexo político da região, com a esperança que se consolidem os sinais positivos entre Israelenses e Palestinos, verificados durante as últimas semanas. A Santa Sé não se cansará nunca de repetir que as soluções armadas não conduzem a nada, como se viu no Líbano no verão passado. O futuro deste país passa necessariamente pela unidade de todos os que o integram e pelas relações fraternas entre os diferentes grupos religiosos e sociais. Esta é uma mensagem de esperança para todos. Não é possível tampouco se contentar com soluções parciais ou unilaterais. Para pôr fim à crise e aos sofrimentos que ocasiona nas populações, é necessário proceder segundo um enfoque global, que não exclua ninguém na busca de uma solução negociada, e que leve em conta as aspirações e os legítimos interesses dos diferentes povos envolvidos; em particular, os Libaneses têm o direito de ver respeitada a integridade e a soberania de seu país; os Israelenses têm o direito de viver em paz em seu Estado; os Palestinos têm direito a uma pátria livre e soberana. Se cada um dos povos da região vê suas aspirações levadas em consideração e se sente menos ameaçado, se reforçará a confiança mútua. Esta mesma confiança aumentará se um país como o Irã, especialmente no que concerne a seu programa nuclear, aceitar dar uma resposta satisfatória às legítimas preocupações da comunidade internacional. Os passos dados neste sentido terão, sem dúvida alguma, um efeito positivo para a estabilidade de toda a região, e em particular do Iraque, pondo fim à espantosa violência que ensangüenta esse país, e oferecendo a possibilidade de relançar sua reconstrução e a reconciliação entre todos os habitantes.

Um pouco mais perto, na Europa, novos países de longa tradição cristã como a Bulgária e a Romênia, entraram na União Européia. Ao preparar-nos para celebrar o quinquagésimo aniversário dos Tratados de Roma, impõe-se uma reflexão sobre o Tratado constitucional. Desejo que os valores fundamentais que estão na base da dignidade humana sejam protegidos plenamente, em particular a liberdade religiosa em todas as suas dimensões, assim como os direitos institucionais das Igrejas. Ao mesmo tempo, não se pode fazer abstração do inegável patrimônio cristão deste continente, que contribuiu amplamente a modelar a Europa das Nações e a Europa dos povos. O quinquagésimo aniversário da insurreição de Budapeste, celebrado no mês de outubro passado, nos recordou os acontecimentos dramáticos do século XX, incitando todos os Europeus a construir um futuro livre de toda opressão e de todo condicionamento ideológico, a estabelecer vínculos de amizade e fraternidade, e a manifestar solicitude e solidariedade para com os mais pobres e pequenos; do mesmo modo, é importante superar as tensões do passado, promovendo a reconciliação em todos os níveis, já que só esta permite construir o futuro e

favorecer a esperança. Peço também a todos os que no continente europeu são tentados pelo terrorismo, que cessem toda atividade desse gênero, já que tais comportamentos, que fazem prevalecer a violência cega e provocam o medo na população, constituem uma via sem saída. Penso também nos diferentes “conflitos congelados”, desejando que encontrem rapidamente uma solução definitiva, assim como nas tensões recorrentes vinculadas hoje sobretudo aos recursos energéticos.

Desejo que a região dos Balcãs alcance a estabilidade que todos esperam, de modo particular graças à integração nas estruturas continentais por parte das nações que a compõem, assim como ao apoio da comunidade internacional. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República de Montenegro, que acaba de entrar pacificamente no concerto das nações, e o Acordo de Base firmado com a Bósnia-Herzegovina, são dois sinais da atenção constante da Santa Sé para com a região dos Balcãs. Enquanto se aproxima o momento em que se definirá o estatuto de Kosovo, a Santa Sé pede a todos os envolvidos um esforço de sabedoria clarividente, de flexibilidade e de moderação, para que se encontre uma solução que respeite os direitos e as legítimas expectativas de todos.

As situações que mencionei constituem um desafio que implica todos; trata-se de um desafio consistente em promover e consolidar tudo o que há de positivo no mundo e a superar, com boa vontade, sabedoria e tenacidade, tudo o que fere, degrada e mata o homem. Só será possível promover a paz se respeitarmos a pessoa humana, e só construindo a paz é como se sentarão as bases de um autêntico humanismo integral. Aqui encontra resposta a preocupação ante o futuro de tantos contemporâneos nossos. Sim, o futuro poderá ser sereno se trabalharmos juntos pelo homem. O homem, criado à imagem de Deus, tem uma dignidade incomparável; é tão digno de amor aos olhos de seu Criador, que Deus não duvidou em entregar seu próprio Filho. Este é o grande mistério do Natal, que acabamos de celebrar, e cujo clima de alegria se prolonga até nosso encontro de hoje. A Igreja, em seu compromisso ao serviço do homem e da construção da paz, está ao lado de todas as pessoas de boa vontade, oferecendo uma colaboração desinteressada. Que juntos, cada um em seu lugar e com seus próprios talentos, saibamos trabalhar na construção de um humanismo integral, o único que pode garantir um mundo pacífico, justo e solidário. Acompanho este desejo com a oração que elevo ao Senhor por todos vós e vossas famílias, por vossos colaboradores e pelos povos que representais.

[Traduzido por Zenit

© Copyright 2006 - Libreria Editrice Vaticana]